



Conselho Municipal de Assistência Social *C.M.A.S.*

Ata nº 253 do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Alto. Ao segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte um, foi realizada a XII Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema “Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”. Devido à pandemia da COVID-19, a Conferência foi realizada virtualmente, através de meio digital. A lista de presença foi preenchida no decorrer do encontro e pode ser consultada nos Relatórios finais que serão disponibilizados pela Empresa Varandas, responsável pela palestra Magna da Conferência e emissão dos relatórios para a etapa Estadual. Inicialmente, a Presidente do Conselho, Simone Follador, deu as boas vindas aos participantes da Conferência. Logo após, a Diretora da Proteção Social Especial, Sonia Regina Bergamo Lampa, fez um breve relato sobre as conquistas no campo da Assistência social no município, a Prefeita Profa. Maria Helena Rettondini, falou algumas palavras desejando um bom encontro. Sonia Regina Bergamo Lampa fez a leitura do regimento interno da Conferência, que ao ser colocado em votação, foi aprovado por unanimidade pelos participantes. Sendo assim, a Presidente do Conselho declarou aberta a Conferência. Houve uma apresentação da palestrante, Fernanda Varandas, na qual falou dos avanços do Serviço Social, mas principalmente das questões que ainda precisam melhorar. A palestrante falou sobre o agravamento estrutural da desigualdade social no Brasil, desigualdade de gênero e raça, condições de trabalho, acesso às políticas sociais, entre outros assuntos. Após sua explanação, solicitou a leitura das propostas dos eixos temáticos, que foram previamente discutidos em pré-conferências realizadas nos equipamentos de Assistência Social do município, os referidos eixos temáticos foram divididos em cinco grupos. Foi realizada a leitura das propostas, discutidas e votadas. As propostas finais foram: Eixo I “A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades” – Propostas para o município: 1) Implantar sistema informatizado de atendimento integrado da rede municipal a fim de garantir a equidade dos direitos dos usuários. 2) Assegurar e garantir o percentual de vagas através do Programa de Atendimento ao Desempregado (PAD) às pessoas em situação de rua. Propostas para o Estado: 1) Garantir na forma da lei a obrigatoriedade de repasse de percentual de recursos para a Assistência Social. 2) Prover financiamento para subsidiar o PAD – Programa de Apoio ao Desempregado – priorizando a inclusão das pessoas em situação de rua. Propostas para a União: 1) Garantir na forma da lei a

Alb



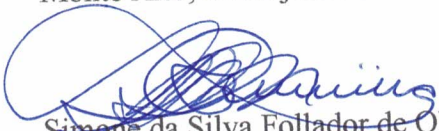
Conselho Municipal de Assistência Social *C.M.A.S.*

obrigatoriedade de repasse de percentual de recursos para a Assistência Social. 2) Implantar lei com base no decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 para cumprimento da política nacional para as pessoas em situação de rua. Eixo II “Financiamento e Orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais” – Propostas para o município: 1) Estabelecer percentual mínimo para Assistência Social. 2) Alocar todos os recursos municipais em conta do Fundo Municipal de Assistência Social. Propostas para o Estado: 1) Estabelecer percentual mínimo para a Assistência Social. 2) Distribuir igualmente os programas entre os municípios, disponibilizando para os de porte pequeno I e II, que também tem dificuldades orçamentárias. Propostas para União: Garantir que as despesas e receitas com recursos humanos não sejam computadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. 2) Estabelecer percentual mínimo para a Assistência Social. Eixo III “Controle Social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários” – Propostas para o município: 1) Promover a articulação do CMAS com outros conselhos, como saúde, educação, pessoa com deficiência, CMDCA e outros. 2) Incluir no site e redes sociais da prefeitura as datas das reuniões dos conselhos e suas referentes atas. Propostas para o Estado: 1) Ofertar capacitação permanente aos conselheiros para o fortalecimento das ações de controle social. 2) Ofertar capacitação permanente aos técnicos dos serviços socioassistenciais para um trabalho mais qualificado. Propostas para a União: 1) Ampliar os recursos financeiros para gestão dos conselhos municipais de assistência social. 2) Ofertar capacitação permanente aos técnicos dos serviços socioassistenciais para um trabalho mais qualificado. Eixo IV “Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social” – Propostas para o município: 1) Fortalecer o trabalho intersetorial através de fóruns e capacitações continuadas, analisando as dificuldades apresentadas pelos usuários e mediante as atribuições de cada setor. 2) Fortalecer a articulação com as demais políticas públicas do município, visando maior integração e efetividade nas ações. Propostas para o Estado: 1) Prestar apoio técnico e financeiro aos municípios no processo de reordenamento de suas redes/serviços de acolhimento e na implantação de novos serviços. 2) Revisão e Ampliação do per-capita financeiro destinado às ILPS – Instituições de Longa Permanência. Propostas para a União: 1) Ampliar o co-financiamento para execução



Conselho Municipal de Assistência Social C.M.A.S.

dos programas, projetos e benefícios socioassistenciais, garantindo assim melhor qualidade dos serviços executados. 2) Prever de forma efetiva e clara a previsão orçamentária na área da Assistência Social, visando a valorização dos serviços ofertados e o compartilhamento de responsabilidades e compromissos na gestão do SUAS. Eixo V “Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências” – Propostas para o município: 1) Fomentar parcerias do poder público municipal junto às empresas privadas com incentivo fiscal para gerir frente de trabalho. 2) Criar um auxílio emergencial de transferência de renda em período de calamidade pública. Propostas para o Estado: 1) Fomentar o Programa Viva Leite, com cotas específicas para crianças, deficientes e idosos. 2) Manter e criar programas e projetos para complementação de renda. Propostas para a união: 1) Recursos para construção como também aumento do mesmo para desenvolvimento tecnológico dos equipamentos da assistência social. 2) Reanalisar os critérios para o BPC - Benefício de Prestação Continuada, deixando a grade familiar apenas o responsável direto, como também agilizar a concessão do mesmo. (Pai e Mãe). Na sequência, houve a inscrição e votação para os delegados para a representação do Município na etapa Estadual, onde foram eleitas como Titular: Danubia Aparecida Loreto e Suplente: Priscila Raquel Bedin Daga. A ficha de avaliação da Conferência foi disponibilizada no chat do encontro para os participantes preencherem. Após o agradecimento a participação de todos deu-se por encerrada a Conferência, a qual eu, Alessandra Ferreira Figueiredo, 1ª secretária do CMAS, lavro a presente ata Alessandra F. Figueiredo e dou fé com os demais presentes. Monte Alto, 02 de julho de 2021.


Simone da Silva Follador de Oliveira
Presidente do CMAS